

UM ESTUDO HISTÓRICO DA MODALIDADE DE ENSINO EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Laudir Lemos Machado

CEU EMEF Vila Atlântica, São Paulo, Brasil. Curso: Gestão Pública Municipal
laudirlemos@gmail.com

Maria Christina S. F. Cervera

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
chriscer@terra.com.br

Resumo: O presente trabalho apresenta um levantamento bibliográfico sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, enfatizando ações e políticas públicas nos diversos contextos históricos, para entender a configuração atual da modalidade EJA. O procedimento metodológico escolhido foi o estudo descritivo com abordagem de cunho qualitativo, utilizando artigos publicados sobre o tema e legislação. A análise dos dados coletados indica particularidades que justificam a marginalização da modalidade, identificando também a reduzida função social de inclusão e responsabilidade social dos governantes desde o período Colonial até 2003. O período Imperial se caracteriza pela elitização e poucas escolas para educação básica, nenhuma para jovens e adultos. Mesmo com a proclamação da República o poder político do Brasil continuou a defender os interesses da elite. Com a revolução de 30 muda o cenário com melhorias populistas, inclusive para Educação, sobretudo para o ensino de jovens e adultos. Observa-se que não existiam políticas públicas, mas sim projetos de governos, até a redemocratização do país. Este estudo conclui que a modalidade EJA esperou muitos anos para ser contemplada, somente na década de 1990, embasada na Constituição Cidadã, a inclusão social dos jovens e adultos no Sistema Educacional no Brasil acontece de forma sistematizada. Entretanto, é válido destacar que devido à autonomia das Unidades Federativas algumas das ações foram pontuais, passando muitas vezes despercebidas. Com o programa "Brasil Alfabetizado" e sua progressiva inclusão no FUNDEB, essa modalidade se configura como direito legal, com aporte financeiro, com função social de inclusão social ao lado de outras ações de redistribuição de rendas. Salienta-se a necessidade da participação de jovens e adultos nas discussões sobre o currículo, visando uma educação mais voltada para suas reais necessidades. Além disso, depreende-se a importância de estudos sobre o monitoramento da qualidade do ensino para esse público para garantir seus direitos constitucionais.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas de Educação; Educação Básica; Redução do analfabetismo; Financiamento da Educação Pública.

Abstract: The present work presents a bibliographic research on Youth and Adult Education (EJA) in Brazil, emphasizing actions and public policies in the various historical contexts, to understand the current configuration of the EJA modality today. The methodological procedure used was the descriptive study with a qualitative approach, using articles published on the topic and legislation. The analysis of the collected data indicates particularities that justify the marginalization of the modality, identifying deficiency of inclusion and social responsibility of the rulers from Colonial period until 2003. The Imperial period was characterized by the elitism and few schools for basic education, none for young people and adults. Even with the proclamation of the Republic, Brazil's political power continued to defend the interests of the elite. With the revolution of 30 changes the scenario with populist improvements, including Education, especially for the teaching of youth and adults. It was observed that there were no public policies, but government projects, until the re-democratization of the country. This study concludes that the EJA modality waited for many years to be contemplated, only in the 1990s, based on the Citizen Constitution, the social inclusion of the young and adults in the Educational System in Brazil happens in a systematized way. However, it is worth mentioning that due to the autonomy of the Federative Units some of the actions were punctual, often going unnoticed. With the "Brazil Alfabetizado" program and its progressive inclusion in FUNDEB, this modality is configured as a legal right, with a financial contribution, having the function of social inclusion alongside other actions of redistribution of income. It is highlighted the need for the participation of young people and adults in the discussions about the curriculum taught in EJA, in order to have an education more focused on their real needs. In addition, the importance of studies on monitoring the quality of education for this public to guarantee their constitutional rights.

Keywords: Youth and Adult Education; Public Education Policies; Basic education; Reduction of illiteracy; Financing of Public Education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo geral apresentar um levantamento bibliográfico sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, com uma descrição da trajetória da modalidade, com foco, nas ações nas políticas públicas nos diversos contextos históricos, para entender a configuração atual da modalidade EJA.

Procurou descrever desde o momento do Brasil Colônia, o encontro entre o europeu e o nativo, a prevalência da cultura pela persuasão e força e a função educacional neste contexto, entrando, posteriormente no Brasil Império e as ações educativas que prevaleceram naquele período e sua importância social. Com a proclamação da República e posteriormente as influências do pós guerra, em especial nas políticas dos Governos Vargas e da ditadura militar,

para chegar no período da redemocratização e todo o amparo legal adquirido neste último momento.

O procedimento metodológico escolhido foi o estudo descritivo com abordagem de cunho qualitativo. Hymann (1967) explica que a pesquisa científica é aquela descreve um fenômeno e registra a maneira que ocorre e, também como experimental, quando há interpretações e avaliações na aplicação de determinados fatores ou simplesmente dos resultados já existentes dos fenômenos. Best (1972) acrescenta que nos tipos de pesquisa, a histórica, é aquela que pode se enquadrar dentro dos moldes da revisão de literatura.

Segundo Richardson (1989) este método, não pretendendo medir ou numerar categorias é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos.

A pesquisa bibliográfica teve como norte descrever como foi o processo para configuração atual da modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos), os autores selecionados apresentaram dados que demonstram que no percurso da formação do povo brasileiro a educação não foi prioridade , mesmo porque a visão sócio-cultural dos diversos contextos descritos evidenciam que desde a chegados Europeus ao novo continente as prioridades eram mercantilistas, não tinha uma preocupação com os direitos básicos humanos relacionados a educação e outras necessidades básicas. A virada para a valorização da justiça social se deu após a segunda guerra mundial, onde a humanização global se organizam e criam organismos de direitos humanos, Organização das Nações Unidas (ONU) para criar, sugerir e acompanhar ações aos seus signatários.

DESENVOLVIMENTO

No período colonial, segundo Haddad e Di Pierro (2000) a vinda do europeu quebrou a tradição educacional da oralidade dos primeiros habitantes (índios), onde sob influência da expansão do catolicismo introduz-se as missões jesuíticas, que inicia o processo de ensino-aprendizagem com a catequização das crianças, dos jovens e dos adultos. A inclusão social presente está associada a intenção do poder religioso (salvar almas) e, posteriormente se estabelece como instituição educacional na colonial, servindo a educação formal dos membros da

elite, sem atuação com público adulto, até sua expulsão em 1759, pelo Marques de Pombal. Segundo Haddad e Di Pierro (2000), religiosos já exerciam ações educativas missionárias em grande parte com adultos, além de difundir o evangelho, ensinavam ofícios pertinentes a sustentabilidade local, inicialmente com os indígenas, posteriormente aos escravos negros e no fim nas escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. Na parte pedagógica nesse período segundo Lombardi (2005) a atuação do padre Nobrega preconizou a institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum*, encerrada com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759.

O período de 1759- 1822, Lombardi (2005), institucionalização das Aulas Régias com a Pedagogia Pombalina (idealizada pelo Marquês do Pombal), sinalizando mudanças no campo educacional com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em relação à educação de jovens e adultos não aconteceu nenhuma ação educativa.

Na análise de Haddad e Di Pierro (2000) ressurgiu o tema em 1824, sob influência de ideais europeias preconizando uma educação para todos: crianças e adultos. Nesse momento histórico, ocorre ampliação no campo dos direitos legais, entretanto, só para os cidadãos de posses – apenas os membros da elite foram beneficiados.

Com o Brasil República a nova Constituição de 1891, não apresentou grandes mudanças para alfabetização, pois não havia recursos destinados à modalidade. Haddad e Di Pierro (2000) descreve que com o Brasil República a nova Constituição Federal de 1891, preocupa-se com a formalização da educação básica, inicia-se uma grande reforma educacional e em contradição com os ideais republicanos, reforça a desigualdade social, exclui o adulto analfabeto do voto, momento que a maioria da população é iletrada. Lombardi (2008) reafirma a formalização de projetos Constitucionais: reformas educacionais no período de 1889-1930, que por influência do iluminismo europeu: criou escolas graduadas, iniciou a formação de professores e consolidou a implementação das escolas normais.

Cabe destacar que, ainda na década de 20, surgem movimentos sociais que favorecem a modalidade, com o novo Governo a nova constituição de 1934, com Plano Nacional de Educação inclui a educação do adulto como parte da responsabilidade do Estado , sinalizada e ratificada com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (em 1937) e a instituição em 1942 do Fundo Nacional do Ensino Primário, que inclui o ensino Supletivo para adultos em 1945 o

fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e e adultos, criaram leis, mas sem escopo financeiro criaram, no decorrer do tempo teve características de políticas de governo com ações sazonais que seguiram até o presente momento (Haddad & Di Pierro, 2000.p.3).

A modalidade EJA foi contemplada conforme Haddad e Di Pierro (2000) com algumas políticas governamentais na Era Vargas, onde ocorreu a sistematização através de legislação própria, com destinação de recursos e projetos específicos.

Contudo, as perspectivas de inclusão social emergem de fato nos países em desenvolvimento no pós 2ª guerra mundial, a partir das orientações da Organização das Nações Unidas (ONU), que resgata o tema justiça social.

A educação popular surge na década de 60 com ideias de estimular a alfabetização através da leitura de mundo do adulto, De Lora (2006), “Paulo Freire revela-nos de forma vivencial as exigências mais sutis do processo de conscientização. Penso que o grande mérito de Paulo, o mestre e bondoso e estimulante, está precisamente em catalizador honesto de uma série de inquietudes que se agitam em nosso meio [...]”. (De Lora, 2006, *apud* Freire, 2006. p.10). A visão libertaria da metodologia utilizada, criticava a educação bancária e estimulava uma forma emancipadora das amarras ideológicas, alienantes que reforçavam a desigualdade social e o desequilíbrio de distribuição de rendas.

Nos anos 1970, período da Ditadura Militar, os programas criados e desenvolvidos para a EJA, colaboraram para a manutenção da coesão social e legitimação do regime autoritário, um destes programas, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) limitou-se apenas a alfabetizar jovens e adultos, ensinar de forma básica a leitura e a escrita, desvinculada de qualquer análise mais crítica requerida dos sujeitos para a vida social, política e econômica. Nesse período o projeto ou políticas eram governamentais ideológicas durou até 1987, mudando a partir de 1988 com o início do processo de redemocratização do país, algumas ações isoladas surgiram com movimentos populares: Comunidades eclesiais de Base (CEBs) que marcou e deu identidade ideológica para a modalidade, com alguns líderes, entre eles Paulo Freire que contradizia os programas

O processo de transição para redemocratização e a juridicização da função social do Estado, tendo como precursora a Constituição Federal Cidadão de 1988, a nova LDB 9394/98,

Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional, (LDBEN), o aporte de recursos, seu financiamento, quando era Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e diversas leis de redistribuição de rendas e consequentemente inclusão social.

Na perspectiva da inclusão social, conforme Di Pierro (2005) enfatizou o direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino de qualidade, à luz dos princípios da proporção, equidade e diferença; explicitou as funções dessa modalidade da educação básica (reparação de direitos educativos violados, equalização nas oportunidades educacionais e qualificação permanente); colocou limites de idade (distinguindo a educação de jovens e adultos da aceleração de estudos que visam à regularização do fluxo escolar de adolescentes); e assinalou a necessidade de flexibilizar a organização escolar e contextualizar o currículo e as metodologias de ensino, proporcionando aos professores a formação específica correspondente.

A partir da Constituição de 1988, os analfabetos passaram a ter o direito ao voto, jovens e adultos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, o que deveria comprometer os governos com a superação do analfabetismo; também a conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, reafirmou tal propósito da educação como um direito humano e, portanto, devendo estender-se a todos, inclusive àqueles que tiveram tal direito usurpado anteriormente. Porém, as políticas para a educação, dos anos 1990, não corresponderam às expectativas geradas pela Constituição de 1988, pois se reafirmou o caráter compensatório da EJA, esta não foi vista de modo a pensar na educação como um processo permanente, que se dá ao longo de toda a vida do ser humano. Nos diversos programas desenvolvidos pelos governos, na EJA intensificava-se o movimento de erradicação do analfabetismo do país, buscava-se romper com um processo que acarretava o retrocesso sócio econômico do país, a vergonha do analfabetismo deveria ser eliminada ao longo dos anos, não houve preocupação sobre que eram estes sujeitos, como eram suas histórias de vida, o que sabiam e como poderiam se instrumentalizar para atuarem na sociedade de forma mais participativa, em defesa de seus direitos, uma vez que tais sujeitos também se encontravam à margem da sociedade.

Na redemocratização a Educação foi destaque na Constituição Brasileira de 1988, com criação de várias leis : 9394/96 LDBEN (Lei das Diretrizes Básicas da Educação Nacional),

9131/1995 que criou o Conselho Nacional de Educação, lei 9.424/96 foi organizado o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que depois de dez anos foi substituído pelo O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que obrigou os Estados e Municípios a aplicarem anualmente um percentual mínimo de suas receitas (e desse montante, 60% pelo menos para o pagamento do pessoal do magistério

Programas desenvolvidos para a EJA, com o caráter de uma educação compensatória, presentes inclusive atualmente em nossas escolas, geram o desinteresse dos jovens e adultos pela escola e pela educação, afastando-os das mesmas, uma vez que não se detém a quem são de fato estes sujeitos; desenvolver outra política para a EJA, que considere seus sujeitos, significa ter estes jovens e adultos mais presentes nas escolas e mais participativos, pois far-se-á presente uma educação mais voltada para suas reais necessidades, acreditando que estes sujeitos tem direito à educação ao longo de suas vidas e que esta ocorre permanentemente no processo da vida, pois enquanto se vive se aprende e se ensina.

Em 2003, no governo Lula, tivemos a implantação do programa "Brasil Alfabetizado" e a progressiva inclusão da modalidade no FUNDEB, sendo que tal investimento na erradicação do analfabetismo era uma das estratégias incluída na luta pela redução da miséria, contando, porém, apenas com recursos do governo federal e da sociedade civil na utilização de educadores leigos, para alavancá-lo.

Os recursos destinados ao Programa foram analisados como insuficientes, não conseguindo atingir todos os que deveriam se beneficiar com ele. E ainda ocorre no Programa que, alguns alunos, mesmo depois de alfabetizados permaneciam nele por não encontrarem escolas para prosseguirem nos estudos ou para não perder o vínculo afetivo com o grupo e com o educador; e as entidades, a fim de se manterem no Programa, com suas classes abertas, matriculam seus familiares e amigos, mesmo alfabetizados, pois dependem de um número mínimo de matriculados. Ainda quanto aos recursos, a EJA passa a ter destinação de verba do FUNDEB, uma vez que faz parte da Educação Básica, porém, ao mesmo tempo em que os recursos são recebidos contabilizando-se o número de alunos matriculados, as prestações de contas das verbas recebidas e gastas não obrigam a que estas tenham se voltado, na sua destinação, para a EJA, não recebendo, assim, a EJA a devida importância. Com relação ao

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA), o objetivo desta proposta foi ampliar as alternativas para que as pessoas jovens e adultas pudessem completar os ensinos fundamentais e médios, para combater à indústria de venda de diplomas e com a possibilidade de construir indicadores de qualidade das políticas públicas desta modalidade.

Este foi alvo de muitas críticas uma vez que havia a inadequação de uma prova única padronizada de abrangência nacional, não considerando peculiaridades locais; voltou-se àqueles que já findavam seus cursos, e não àqueles que nem sequer os haviam iniciado nada se relacionava às experiências e trajetórias de vida, somente a habilidades, saberes isolados e competências.

No Brasil a sinalização para políticas públicas voltadas para os jovens e adultos, ganhou legalidade na era Vargas, com citação na nova Constituição Federal. Sendo o EJA um programa de governos sazonal, sua situação se altera a partir do FUNDEB, quando a modalidade se configura como direito legal, com aporte financeiro, com função social de inclusão social ao lado de outras ações de redistribuição de rendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados indica particularidades que justificam a marginalização da modalidade, identificar também a função social de inclusão e responsabilidade social dos governantes: desde o período Colonial até 2003.

As fontes bibliográficas nos levam a gênese da formação do povo brasileiro demonstra que nosso contexto sócio-econômico-cultural indicava uma predominância de nações europeias que disputavam o poder na busca de novos mundos sem se preocupar com os colonos ou conquistados. Uma das matrizes étnico-culturais do povo brasileiro, já estava presente quando os exploradores chegaram, os dados históricos indicam que os dominadores, detentores de armas, impuseram sua cultura com os nativos, com intenção direcionada catequizar, posteriormente com o fortalecimento da pedagogia Jesuítica como sistema de formação da elite colonial,

posteriormente como com Marques de Pombal como aparelho educacional a serviço do estado para dominação.

No período Imperial prevalece à elitização pela posse, com poucas escolas para educação básica, e nenhuma para jovens e adultos. Com a proclamação da República inicia-se um processo de autonomia da colônia, onde a 1ª Constituição contempla a educação, implementa-se escolas de formação de professor e cursos de normalista. Na contramão exclui o adulto analfabeto do voto, refirma que o adulto pobre não é cidadão. O poder político do Brasil era conservador e tradicional defendia os interesses da elite. Com a revolução de 30 muda e dá indicações de melhorias populistas, inclusive para Educação, sobretudo para EJA. A constante luta pelo poder no Brasil o tornou instável e não existia políticas públicas, mas projetos de governos, prevalecendo até a redemocratização do país, a partir de 1988.

As reformas ocorridas nos âmbito político-administrativos proporcionaram um clima para construção de uma Constituição Cidadã que institui leis que obrigam o Estado a se responsabilizar pela justiça Social, a modalidade EJA esperou muitos anos para ser contemplada, ficou fora do financiamento público por muitos anos, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O Fundef funcionou em todo o país de 1º de janeiro de 1998 e até 31 de dezembro de 2006 e não atendia educação Infantil e nem EJA.

Esta realidade mudou com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que distribuiu recursos para toda Educação Básica.

Este estudo observou que após a redemocratização houve vários projetos que buscavam a inclusão social dos jovens e adultos no Sistema Educacional no Brasil, mas que devido à autonomia das Unidades Federativas as ações atuais são pontuais, passando muitas vezes despercebidas.

As informações apresentadas na pesquisa bibliográfica descrevem situações históricas onde o poder público: não priorizava a distribuição de bens, contribuindo para a exclusão e a segregação social, não tinha claro sua função social. Hoje de posse de todas as informações possíveis e amparado por lei, deve assumir sua responsabilidade social que é colocar-se a serviço da comunidade e humanizar os serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEISIEGEL, C.R. (1997). Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Educação*, 4: 26-34.
- BEST, J. W. (1972). *Como investigar em educación* (2. ed.). Madri: Morata.
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
- BRASIL (1996). Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- BRASIL (1996). Lei Federal 9.424 de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.
- BRASIL (2007). Lei 11.494 de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
- CATELLI Jr. R.; HADDAD, S., RIBEIRO, V.M.(org.). (2014). *A EJA em xeque. Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI*. São Paulo: Global; Ação Educativa.
- CATELLI Jr., R. (2014). *Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: de Programa em Programa*. In: MORTATTI, / Maria do Rosário Longo, FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora UNESP.
- COELHO, R.C. (2009). *Estado, Governo e Mercado*. Florianópolis: Departamento de Ciência da administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB.
- DI PIERRO, M.C. (2005). Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas (Edição especial), 26(92), 1116-1120. Recuperado em 4 abril de 2015, de <http://www.cedes.unicamp.br>.
- DI PIERRO, M.C., RIBEIRO, E. VÓVIO, C.L. (2008). *Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília, UNESCO.
- ESPÍNDOLA, C.A. (2006). Ressignificando a alfabetização de jovens e adultos no Brasil a partir dos movimentos sociais do campo. *Revista da Faced*, 10, 49-59.

- FREIRE, P. (1997). Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (2000). Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, Unesp.
- FREIRE, P. (2006). Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire (3ª ed.). São Paulo: ed Centauro.
- FREITAS, M.C.; BICCAS, M.de S. (2009). História social da educação no Brasil (1926-1996). São Paulo: Cortez.
- GUTIERREZ, F.(2008). Ecopedagogia e cidadania planetária (4.ed.). São Paulo: Cortez.
- HADDAD, S., DI PIERRO, M. C. (2000). Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, 14: 108-130.
- HADDAD, S. (2003). Educação de Jovens e Adultos, a promoção da Cidadania Ativa e o desenvolvimento de uma consciência e uma cultura de paz e direitos humanos. In: Education for youth and adults, for the promotion of na active citizenship, and for the development of a culture and a conscience of peace and human rights. Agenda for the future six years later – ICAE Report. International Council for Adults Education – ICAE. Montevideo. Recuperado em 2 abril de 2015, de <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/educacao-para-a-democracia>.
- HADDAD, S. (2009). Analfabetismo no Brasil e no mundo. Portal Pró-Menino. Recuperado em 2 outubro de 2015, de <http://www.cereja.org.br/site/artigos.asp>.
- HYMANN, H. (1967). Planejamento e análise da pesquisa: princípios, casos e processos. Rio de Janeiro: Lidador.
- LOMBARDI, J.C. (2005). Periodização na História da Educação Brasileiro: aspecto polêmico e sempre provisório. Campinas: HISTEDBR.
- RICHARDSON, R.J. (1989). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.

Recebido 16/02/2018
Aprovado 21/07/2018